



A COMARCA DO SERRO FRIO NOS 300 ANOS DE MINAS GERAIS

Paulo Eduardo Rocha Brant
Vice-Governador do Estado de Minas Gerais





filho de um homem que dedicou sua vida à Justiça de Minas e do Brasil, como Promotor, Juiz e Desembargador, exemplo de pessoa que me guia e orienta em todos os passos na vida, sinto-me profundamente honrado em participar desta publicação que evoca os 300 anos da Comarca do Serro.

Nascido em Diamantina em 1911, meu pai, Moacyr Pimenta Brant, foi Promotor de Justiça em Dolores do Indaiá e Pitangui, Juiz de Direito em Uberaba, Caldas, Diamantina, São Sebastião do Paraíso e Belo Horizonte. Seu trabalho no Juizado de Menores de Belo Horizonte é lembrado como exemplo, muito admirado e recebeu a gratidão dos que foram por ele beneficiados, a grande massa de menores desprotegidos. Desembargador, deixou nos anais do Tribunal de Justiça de Minas Gerais uma história rica de equilíbrio, honradez e ética.

Feita esta homenagem ao meu paradigma de Justiça e vida, exemplo para seus pares e familiares, vamos ao tema da gloriosa história do Serro Frio.

Em 1702, 18 anos antes da elevação de Minas Gerais à Capitania, já existia o Arraial do Ribeirão das Minas de Santo Antônio do Bom Retiro do Serro Frio. A atual Cidade do Serro, berço da formação dos mineiros, encravada entre serras, vales, rios e cachoeiras, é reconhecida como a melhor de nossas referências patrimoniais e culturais.

É a primeira cidade brasileira a ser elevada à condição de Patrimônio Histórico Nacional, em 1938, mercê de seu imponente conjunto arquitetônico, pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Sua história é uma rica viagem ao Brasil do passado, do ouro, do diamante, da ocupação de seu território e de todas as aventuras possíveis quando se desbrava e ocupa terras nunca antes pisadas pelo homem chamado civilizado.

Depois denominada Vila do Príncipe, em homenagem ao Imperador Pedro I, que prometera visitar o Arraial, e não o fez, nela foi construído um belíssimo casarão colonial para hospedá-lo, onde hoje funciona a Prefeitura Municipal.


Gilberto Freire, em sua “Casa Grande e Senzala”, cita a africana Jacinta Siqueira como responsável pelo povoamento e fundação da cidade, a qual atraiu milhares de pessoas pela abundância de ouro e diamantes, tornando-se uma das mais habitadas vilas brasileiras da época. Algo em torno de 25 mil habitantes.

À Jacinta é atribuída, por Freire, a condição de “tronco matriarcal” de ilustres famílias brasileiras e seus descendentes, importantes e ricos homens que governaram o país.

Em 1817, o naturalista francês Auguste Saint Hilaire visitou a vila e a descreveu como de beleza arquitetônica especial “com seu casario disposto em forma de anfiteatro, de aspecto muito agradável, de belos jardins entre suas casas”. Encantou-se com a beleza das mulheres, com as igrejas e festas religiosas, uma tradição da antiga vila.

No ano de 1720, quando foi criada a Capitania de Minas Gerais, data que celebramos como marco fundamental da mineiridade, **foi também instalada a Comarca do Serro Frio** na Vila do Príncipe, incluindo Milho Verde, São Gonçalo do Rio das Pedras e Diamantina, passando a ser a maior do estado e o início da ocupação de seu nordeste e norte, seguindo o curso do Rio Jequitinhonha.

Nesses tempos, a Capitania conheceu o apogeu de seu poder e riqueza, com milhares de pessoas na busca da fortuna fácil, de encontrar a sorte grande nas escavações ou na bateia. Diamantina torna-se grande centro da exploração de diamantes, o que faz com que a Coroa para lá deslocasse tropas e fiscais para a apuração dos impostos. É o tempo do Contratador João Fernandes e Chica da Silva, ícones de nossa história, das minas do Tijuco, as mais ricas do mundo. Seus diamantes eram os mais lípidos e os mais caros do planeta, superando os da Índia ou do Cabo. Tempo também da mais cruel escravidão submetida aos negros e de seu vigoroso mercado.



O Distrito do Tejuco, ou Diamantina, merece destaque nos 300 anos da instalação da Comarca do Serro Frio, porque, durante mais de uma década, a partir de 1829, tornou-se o maior centro minerador de diamantes do mundo, explorado pela Coroa Portuguesa.

Para lá houve uma verdadeira avalanche de novos moradores, o que a tornou o maior centro urbano de Minas, atrás somente da Capital Ouro Preto e da próspera São João D'El Rey.

O Arraial do Tejuco, que em Tupi significa água podre, ou terra lamacenta (Ubyty'Roy), tem lugar especial na história mineira, não só por Chica da Silva, escrava alforriada, casada com o Contratador João Fernandes de Oliveira, o homem mais rico do Brasil colônia, mas especialmente pelo desenvolvimento que proporcionou a toda região, com seus caminhos a desbravar o acesso ao porto de Paraty ou Rio de Janeiro. Nossa Estrada Real, hoje um belo roteiro turístico, é o resultado desses caminhos usados pelos tropeiros para o transporte das riquezas. A distância entre os postos de troca das tropas, alguma coisa em torno de 30 em 30 quilômetros, fazia nascer povoados e fixar moradores.

O monopólio dessa exploração pela Coroa Portuguesa durou mais de 15 anos, feito de forma rígida e extremamente autoritária, para não dizer violenta. Esse período foi muito bem retratado pela escritora Alice Brant, em seu livro “Minha vida de menina”, um marco da literatura brasileira redescoberto pela escritora americana Elizabeth Bishop.

Diamantina, terra dos tapetes arraiolos e das sempre-vivas, é nosso patrimônio histórico, tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Patrimônio da Humanidade pela Unesco.

Entre seus filhos ilustres, que marcaram época na política mineira e brasileira, estão o sempre destacado ex-presidente Juscelino Kubistichck, Henrique Dumont, pai do aviador Santos Dumont, Couto de Magalhães e Augusto Mário Caldeira Brant, meu antepassado, eleito Deputado Federal em 1945, marido da já citada escritora Alice Brant, e constituinte de 1946.

Voltemos ao Serro, a seus filhos ilustres.

A riqueza e o poder, inevitavelmente, proporcionaram aos serranos a escalada na vida pública, destacando-se Theófilo Otoni, líder da revolução liberal de 1842, Cristiano Benedito Otoni, Simão da Cunha Pereira, João Pinheiro da Silva e Sabino Barroso, nomes que honraram a tradição política de Minas.

Registro especial merece a atuação de Magistrados do Serro na vida Jurídica brasileira, entre eles João Evangelista de Negreiros Sayão Lobato, Pedro Lessa e Edmundo Pereira Lins.

Visconde de Sabará, João Evangelista, nasceu no Serro Frio em 1817 e faleceu no Rio de Janeiro em 1894, formou-se em Direito em 1836, na Faculdade de Direito de São Paulo, tendo exercido o cargo de Juiz de Direito em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Desembargador, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, tornou-se Ministro do Supremo Tribunal Federal quando de sua criação em 1890, logo após a Proclamação da República. Foi também Deputado Estadual por São Paulo e pelo Rio Grande do Sul por três legislaturas.

Pedro Lessa, Ministro do Supremo Tribunal Federal, foi nomeado em 1907, é o primeiro afrodescendente a ocupar o cargo, antecedendo a Hermenegildo Barros e Joaquim Barbosa, formou-se pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco de São Paulo em 1883. Foi colega de turma de grandes nomes do Judiciário e da política brasileira, como David Campista, Martin Francisco Sobrinho e Júlio de Mesquita. Foi Catedrático da Faculdade de Direito de São Paulo, Deputado Constituinte de São Paulo em 1891, membro da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Edmundo Pereira Lins, órfão de pai aos 14 anos, enfrentou todas as dificuldades de menino pobre para completar seus estudos. Foi ourives, ferreiro e caixeiro de armazém, aluno de escola pública, somente com o apoio de seus professores pôde concluir seus estudos. Ingressou no Seminário de Diamantina em 1878, onde fez o preparatório de sua formação sacerdotal, chegando a receber a primeira tonsura, desistindo, no entanto, pela falta de vocação. Mudou-se para Ouro Preto, capital do estado, onde a convite de João Pinheiro, Presidente de Minas, ocupou o cargo de Secretário de Estado. Foi Juiz de Direito em Tiradentes, Catedrático e Diretor da Faculdade de Direito de Minas Gerais, antes de ser nomeado Ministro do Superior Tribunal Federal em 1917.

Em 1931, foi eleito seu presidente e reeleito em 1934. Faleceu no Rio de Janeiro em 1944.

Da cultura do Serro, de sua gastronomia, há que se destacar a fabricação do queijo, reconhecido nacionalmente pela sua qualidade e sabor, tombado como Patrimônio Imaterial da Cultura do Brasil e de sua cozinha, que conquistou o respeito e o paladar dos brasileiros, e tornou-se famosa nacionalmente pelas mãos habilidosas de Dona Lucinha.

O historiador Joaquim Salles, cuidadoso pesquisador desses tempos, registra que “O céu e a terra vivem no Serro, numa constante harmonia de homens e Deus”.



*“O céu e a terra vivem
no Serro, numa
constante harmonia
de homens e Deus.”*